

PLANIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ARQUIVO NA UTAD

Apontamentos

Por Pedro de Abreu Peixoto

Queremos, antes de mais, agradecer ao Arquivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e ao Curso de Especialização em Ciências Documentais, o amável convite que endereçaram à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), para estar presente nesta Conferência.

A UTAD responderá sempre "presente", quando se tratar de equacionar os problemas dos Arquivos Universitários e da Arquivística em geral, tentando encontrar soluções que não sejam casuísticas, mas sim de carácter estrutural e com um desenvolvimento prático perene.

E, a resolução dos problemas com que a Arquivística se debate hoje, em Portugal, tem necessariamente que passar por um diálogo inter-profissional alargado, em que o levantamento das questões por resolver seja retirado de um universo completo de instituições, e não de cogitações fundadas exclusivamente nas rígidas formulações dos manuais.

Pensamos assim, que esta iniciativa do Arquivo da Faculdade de Letras e do Curso de Especialização em Ciências Documentais da Universidade do Porto, mostra, mais uma vez, o caminho a seguir.

A UTAD é a herdeira directa do Instituto Politécnico de Vila Real, o qual, em 14 de Setembro de 1979, foi reconvertido em Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro. O reconhecimento de uma intensa actividade nos domínios do ensino e da investigação científica e tecnológica, acrescido da importância da sua actividade no domínio do desenvolvimento regional, levou a que o Governo lhe conferisse o estatuto de Universidade, através do Decreto-Lei 60/86, de 22 de Março.

Como na totalidade das Universidades recentes, a UTAD apresenta uma estrutura orgânica simples, assente em órgãos e serviços administrativos e técnicos, tendo, para efeitos de ensino, de investigação e extensão, adoptado uma organização em Áreas Científicas e estas em Departamentos ou Secções.

Como órgãos da UTAD apresentam-se-nos o Reitor, o Senado Universitário, o Conselho Científico, o Conselho Pedagógico e o Conselho Administrativo.

O quadro dos serviços compõe-se pelos Serviços Administrativos, Serviços Académicos, Serviços de Documentação e Extensão, Serviços Técnicos, Assessoria Jurídica e Assessoria de Planeamento.

E, finalmente, para os efeitos de ensino, investigação e extensão existem actualmente as áreas de Ciências Agrárias, com sete Secções; a área de Ciências Exactas, Naturais e Tecnológicas, com oito Secções; e a área de Ciências Humanas e Sociais, com cinco Secções.

Em termos pedagógicos, a UTAD oferece um total de dezoito licenciaturas e dois bacharelatos, e ainda dois Cursos de Estudos Superiores Especializados e oito Mestrados e Pós-Graduações.

No entanto, a estrutura pedagógica da UTAD, bem como as actividades de extensão, estão actualmente em crescimento, estando já prevista a abertura de diversos cursos, que assentam nos princípios básicos de descentralização e qualidade, no quadro global da região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Temos assim que, em termos estritamente documentais, a UTAD é actualmente repositório de uma Documentação produzida desde o dia 2 de Dezembro de 1975, aquando da criação do Instituto Politécnico de Vila Real.

Documentação produzida por órgãos de uma estrutura não complexa e de grande operacionalidade, a que acresce uma constante presença de preocupações, em termos genéricos, com a área documental, e que fazem com que a UTAD possua ainda um controlo fiável das massas documentais acumuladas, as quais reproduzem ainda, de certa forma, em depósito, a organicidade da documentação.

Com os arquivos administrativos absolutamente descentralizados, existiu sempre a preocupação de atribuir a cada unidade orgânica da instituição, um espaço próprio para depósito.

Assim, se neste momento há que equacionar os problemas previsíveis do crescimento documental, e da falta de ordenação da documentação em depósito, necessariamente que temos de considerar que a avaliação, selecção e eliminação de documentação, não é ainda uma preocupação visível, muito embora deva ser previsível, na nossa Universidade.

Claro está que, actualmente, nenhuma instituição pode descurar as práticas mais elementares da gestão documental, na qual se incluem a elaboração de portarias específicas de avaliação e selecção, as quais devem ser precedidas de um trabalho sério, em termos de avaliação das necessidades uniformes, em relação a todas as unidades de um mesmo universo institucional.

Estes instrumentos, como muito bem sublinham BASTOS e GARCIA (1992)¹, apresentam uma grande inovação, residindo o segredo da sua aplicação efectiva no garante da identificação sistemática da documentação efectivamente produzida, atribuindo-lhe uma valoração, primária ou secundária, permitindo através de eliminações planeadas, a normalização do ciclo documental, a pertinência da recuperação e controlo da documentação de uso corrente e a conservação criteriosa da documentação com valor secundário.

Consideramos a necessidade da urgente equação da noção de "funções meio" em relação aos arquivos universitários, de que resulta a absoluta necessidade de um trabalho institucionalmente concertado e largamente discutido, como primeiro passo para, nesta área, se proceder à elaboração das referidas portarias.

A UTAD está atenta à necessidade do controlo das massas documentais produzidas e acumuladas e à necessidade da sua avaliação e selecção, sabendo que o que não é um problema de hoje, se não for atempadamente resolvido, sê-lo-á necessariamente amanhã.

Mas, e permitam-nos a consideração, não podemos deixar de considerar e meditar, no carácter demasiadamente casuístico, a que as incursões pela avaliação e selecção de documentação têm obedecido, em grande parte das instituições em que, com maior acuidade depois de 1986, têm sido aplicadas as orientações técnicas dos órgãos coordenadores da política arquivística nacional.

Devemos ter como óbvia, a certeza de que a elaboração deste tipo de instrumentos de trabalho, se bem que fundamentais, não são a resolução de todo o problema arquivístico de uma instituição.

¹ BASTOS, Isabel Teixeira; GARCIA, Maria Madalena - A Gestão de documentos : balanço e perspectivas. *Cadernos BAD*. Lisboa. 2 (1992) 93-106.

É por isto que, de uma forma o mais consistente possível, pretendemos desenvolver uma aplicação prática do conceito de arquivística integrada, enunciado por COUTURE e PÉTILLAT (1994)², nas vésperas do XII Congresso Internacional de Arquivos.

Resulta clara a necessidade de a função de "arquivo" englobar o tratamento da documentação, desde as suas origens no processo administrativo, até à sua conservação definitiva, o que implica que o Arquivo, enquanto unidade orgânico-institucional, deve controlar todo o ciclo de vida dos documentos, analisando as necessidades da gestão corrente das unidades orgânicas e a arquitectura intrínseca dos documentos, o estabelecimento de calendários de conservação, a protecção dos documentos essenciais, a organização e o tratamento da documentação e a sua eliminação ou transferência para arquivo definitivo, como se pode fazer notar nos importantes estudos de CRUZ MUNDET (1994)³.

A aplicação prática do conceito de arquivística integrada, e o desenvolvimento da noção da sua absoluta necessidade, em termos de estratégia no acesso e preservação da informação institucional, pelas administrações das organizações, é fundamental para a capacidade dos arquivistas assumirem as suas funções na teoria, princípios e práticas da gestão de informação.

Assim, o que se pretende implementar, resulta da consciência da importância da aplicação do princípio de ligação directa à administração das instituições, abandonando, em termos de gestão documental, o conceito arquivo-memória.

Uma instituição não tem arquivos correntes, arquivo intermédio e arquivo histórico. Uma instituição deve ter um Sistema de Arquivo, em que os documentos em idade administrativa, intermédia ou histórica, circulam de acordo com as necessidades, previamente avaliadas, da instituição.

Só a criação de um sistema de arquivo, institucional mente aceite e reconhecidamente operacional, gerando eficiência e eficácia na administração, pode fazer perdurar, contextualizando-as e planificando-as, todas as intervenções arquivísticas numa instituição.

Atente no entanto a que, um Sistema de Arquivos, que não é criado de raiz com a instituição que serve, gera problemas de implantação evidentes, que vão desde o financiamento das suas

² COUTURE, Carol - Notions fondamentales de l'archivistique intégrée I. *Archivum*. Paris. 39 (1994) 6-13; PÉTILLAT, C. - Notions fondamentales de l'archivistique intégrée II. *Archivum*. Paris, 39 (1994) 14-23.

³ CRUZ MUNDET, José Ramón - *Manual de arquivística*. Madrid : Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1994.

actividades, passando pelo ultrapassar das questões de organização interna, até às lícitas interrogações sobre a sua necessidade.

Assim, a implantação de um sistema integrado de arquivo, só pode ser lançado quando as respostas a estas questões estejam resolvidas, sob pena de se penhorarem os seus resultados práticos, o que necessariamente terá uma influência negativa no reconhecimento da sua importância.

Até lá, ao arquivista, cabe fazer um reconhecimento pormenorizado da instituição, seja em termos orgânico-funcionais, de possibilidades de implantação do sistema, de reconhecimento de espaços, de possibilidades de financiamento, internas e externas à própria instituição. E, acima de tudo, um completo e pormenorizado trabalho de divulgação da importância da "função arquivo" numa instituição, para o qual ninguém tem obrigação de estar avisado.

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro não tem um Sistema Integrado de Arquivos em funcionamento.

A produção de documentos, a selecção, a avaliação e a preservação sistemática e ordenada de documentação com valor secundário, não está ainda a ser feita. Actualmente tudo se joga em cada unidade orgânica, na atitude preventiva de conservar toda a documentação.

No entanto, esta situação dá-nos a exacta perspectiva da dificuldade em criar estes sistemas, seja em termos técnicos, seja em termos administrativos.

Mas o que a UTAD tem, é a perspectiva da importância da preservação da sua documentação com valor secundário, na fixação da memória institucional, e do papel que um sistema integrado de arquivos pode ter, para a dinamização e enriquecimento da actividade decisória. Por isso, apoia claramente uma actividade de desenvolvimento dos estudos necessários à implementação de um sistema sólido, dando igualmente uma importância vital à presença da UTAD na discussão dos problemas arquivísticos nacionais.

Para quem ande há já alguns anos no meio arquivístico, sabemos bem que já não é pouco, principalmente quando há vontade de fazer mais.

Permito-me terminar com uma reflexão pessoal, suscitada pela minha própria experiência, em termos de aprendizagem teórica e prática, da nossa profissão.

No seio dos colegas arquivistas e no âmbito de um Curso de Especialização em Ciências Documentais, não posso deixar de reflectir sobre a necessidade de incrementar a aprendizagem técnica dos futuros arquivistas.

O reconhecimento dos problemas arquivísticos de uma instituição e a elaboração de propostas para a sua resolução, como os que vivemos hoje na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, exige uma

preparação prática muito mais acentuada, baseada numa colaboração estreita entre a Universidade, as instituições carenciadas de uma intervenção nesta área e a entidade coordenadora da política arquivística nacional.

Que os arquivos universitários saibam trazer até si os futuros profissionais de arquivos, assumindo-se como campo de uma experiência enriquecedora para o formando e valorizadora para a instituição é, como a Faculdade de Letras do Porto e o Curso de Especialização em Ciências Documentais podem provar, um caminho de progresso e valorização da arquivística nacional.